IFE CAMPINAS | INSTITUTO DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Fundamento e decido

Ilustração que acompanha o artigo na versão impressa (Correio Popular)

Numa manhã tranquila, dirigia-me para meu trabalho quando tive de parar num sinal vermelho, instalado em frente a um hospital. Logo depois, a uns dois quilômetros, um novo sinal vermelho, agora em frente a um mercado. A cena é quotidiana e trivial, porém algo me chamou a atenção. O veículo à minha frente parou no sinal localizado defronte ao hospital, no entanto não o fez quando se tratou do sinal instalado na frente do mercado. Nas duas ocasiões, a situação era a mesma: pouco menos de sete horas da manhã, nenhum dos sinais tinha radar e não havia transeuntes. Perguntei-me, pois, o que levara o condutor a tomar aquela decisão – se é que havia um fundamento para tanto –, bem como refleti porque eu, naquela situação, respeitara aos dois sinais, já imaginando os protestos dos motoristas "mais flexíveis" que vinham atrás de mim.

Entender os motivos que embasam uma decisão não é tarefa singela, uma vez que o ser humano nem sempre endossa a tese de que o pensamento precede a ação, como me fez recordar recentemente um amigo filósofo. Por vezes, analisamos situações importantes de maneira tão pueril que, posteriormente, deparando-nos com as consequências advindas daquela decisão sequer conseguimos saber o que a pautara à época.

Sob essa perspectiva, é preciso assentar que as decisões sempre precedem uma dada situação conflituosa; nascem quando estamos diante de uma circunstância objetiva e concreta (um sinal vermelho, por exemplo), mas que, devido a vários fatores (um parente próximo que foi atropelado ao tentar atravessar uma avenida quando o sinal estava vermelho, por exemplo), pode ganhar contornos únicos e peculiares, e a decisão, consequentemente, se converterá num aguaçal de subjetividade.

Não raras vezes, decisões são "tomadas" aleatória, repetitiva, inconsciente e, até mesmo, contraditoriamente por todos nós, sendo, em muitos casos, fruto de uma espécie de reflexo condicionado, como sucede, em regra, com alguém que pare no sinal vermelho às 03h00 da madrugada, como se 15h00 fosse. É importante, contudo, nos policiarmos quanto a esse modo de proceder, quase sempre imposto pela dinâmica do dia a dia, de sorte que passemos a ter cabal consciência de nossas decisões, e critérios objetivos para fundamentá-las, a despeito da carga de subjetividade que lhes possa ser transferida.

Nesse sentido, parece ser árdua tarefa exarar uma decisão totalmente objetiva, sem qualquer matiz de subjetividade. A matematização dos atos da vida já se mostrou pretensão frustrante em vários

ramos do saber, motivo pelo qual é necessário reconhecer que as decisões, por emanarem de pessoas, trazem em si considerável grau de subjetividade. No Direito, por exemplo, tem-se a imposição legal de que o juiz deve ser imparcial. Não obstante, é impossível querê-lo neutro, vez que carrega consigo experiências e valores que moldaram sua idiossincrasia, dos quais ele muitas vezes não consegue se desvencilhar ao decidir uma matéria, ainda que tente. Não à toa que sentença tem origem etimológica no verbo sentir.

Um conhecido professor das Arcadas, ao tecer considerações sobre "phronesis" – uma forma de sabedoria ligada a uma capacidade de julgamento em dadas circunstâncias, isto é, um saber prático fundado na virtude desenvolvida pelo homem prudente –, demonstra um critério para se chegar prudentemente a uma decisão: apreciar a situação, sopesar as soluções e tomar a decisão. Em síntese, parte-se do raciocínio de que o pensamento precede a ação e, antes de tomarmos qualquer decisão, precisamos avaliar bem o problema e as soluções para ele. Ou, como diria um jurista italiano, consiste em decidir tão somente após ter premissas sólidas para se alcançar a conclusão, porquanto o teto não pode ser feito antes das paredes.

Assim, por mais fatigante que possa parecer, ante a célere dinâmica do dia a dia, convém sermos pessoas conscientes de nossos atos e decisões – dos quais somos inegavelmente responsáveis –, e jamais nos esquecermos de que, por trás de um ato, há de existir uma motivação, pois as consequências, para o bem ou para o mal, cedo ou tarde, precisarão ser justificadas.

Lázaro Fernandes *é advogado e Gestor do Núcleo de Opinião Pública do IFE Campinas.*

Artigo publicado originalmente no jornal *Correio Popular*, Página A2 – Opinião, em 27 de Fevereiro de 2014.

Tags: Decisão, Ética, Jurisprudência,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: http://ife.org.br/fundamento-e-decido-lazaro/